

## EDITORIAL

Caríssimos leitores,

A Revista da AGU inicia mais um ano com o objetivo de oferecer à comunidade acadêmica uma produção científica de excelência. Para tanto, continuamos a seguir rigorosos critérios de seleção dos artigos publicados, dando-se sempre preferência à produção acadêmica de pesquisadores experientes, de diversas regiões, retratando assim a diversidade intelectual que um país de dimensões continentais como o Brasil oferece. Como de costume, convocamos os nossos leitores a produzirem artigos científicos em língua estrangeira, e àqueles que estejam em períodos de estudo no exterior, que produzam artigos em co-autoria com seus professores e submetam os trabalhos por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER - <https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU>. Convidamos, também, pesquisadores estrangeiros a submeterem seus trabalhos à Revista da AGU. A excelência na qualificação da Revista passa pelo aprofundamento do seu grau de internacionalização.

Na presente edição, convidamos Patricia Perrone Campos Mello, Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Direito do UniCeub. Seu artigo oferece interessante reflexão histórica sobre o papel do Supremo Tribunal Federal na proteção da população LGBT+, através da análise de alguns casos paradigmáticos que avançaram no reconhecimento da vulnerabilidade desse grupo, e em consequência, na sua proteção.

Na sequência, 13 artigos apresentam as suas reflexões sobre temas que transitam por diversas áreas do Direito. Ferramenta essencial para o trabalho do advogado, o Direito Processual Civil está em transformação, e após a publicação do Código de Processo Civil de 2015, a produção acadêmica na área tem crescido de forma consistente. Nesta edição, oferecemos artigos que abordam: i) a tutela de evidência em matéria ambiental; ii) o novo processo executivo; iii) eventuais inconstitucionalidades no sistema de os recursos especiais e extraordinários repetitivos, e; iv) coisa julgada e a análise quanto à eventual inconstitucionalidade.

A estudo sobre o comportamento dos Tribunais, em especial da Suprema Corte Brasileira está sempre presente. Nesta edição, além do artigo da Professora Patricia Perrone, já mencionado, outros dedicam-

se ao tema, quais sejam: i) a opinião pública e o Supremo Tribunal Federal: uma análise do HC 126.92; ii) a função dos tribunais no Estado Constitucional Contemporâneo à luz da Teoria dos sistema de Niklas Luhmann; iii) constitucionalidade das ações afirmativas à luz das teorias de Rawls e Dworkin.

Por fim, reflexões acerca: i) dos Tribunais Internacionais como agentes concretizadores do direito na Comunidade Europeia, ii) dos acordos de leniência; iii) do princípio da cooperação na atividade da Advocacia-Geral da União; iv) da Regulação da saúde no Brasil, e; v) dos limites de gastos municipais e responsabilidade fiscal, fecham a edição.

A direção da Escola da AGU agradece a todos envolvidos no processo editorial da Revista e parabeniza os autores pelos excelentes artigos publicados. Convidamos o leitor a apreciar os trabalhos científicos oferecidos, propondo a leitura da Revista da AGU eletrônica disponível em: <http://seer.agu.gov.br>.

A Direção